

**Inovação em produtos alimentícios: análise em editais de subvenção econômica a Micro e Pequenas Empresas (MPE'S) no Estado do Amazonas****Innovation in food products: analysis of micro and small enterprise economic subsidies (MPE'S) in the State of Amazonas**

DOI:10.34117/bjdv6n3-155

Recebimento dos originais: 02/02/2020

Aceitação para publicação: 12/03/2020

**Rafael Dantas de Oliveira**

(Universidade Federal do Amazonas-UFAM)

E-mail: rafaeldantasoliveira@gmail.com

**Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira**

(Universidade Federal do Amazonas-UFAM)

E-mail:ricardo.nogueira3001@hotmail.com

**RESUMO**

Este trabalho tem como finalidade analisar as propostas de inovação do tipo de produtos alimentícios dos editais de subvenção econômica não reembolsável específicos à Micro e Pequenas Empresas (MPE's) situadas no Estado do Amazonas. Para este trabalho optou-se pela análise de editais ligados aos programas de subvenção econômica não reembolsável com foco em MPE's, estas realizadas por meio de parcerias com agentes regionais, fundações de amparo à pesquisa, secretarias de estado e bancos de desenvolvimento; sendo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) seu principal proponente, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) possuem papel relevante para tais ações no Amazonas. Para este trabalho serão utilizados dados e documentos oficiais publicados pela FAPEAM ao longo dos anos de 2004 a 2016. A metodologia utilizada é de natureza exploratória e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, o método de análise é a pesquisa documental. Para obtenção dos resultados foram consultados editais, resultados, publicações e documentação dos programas. Os principais resultados foram que os tipos de inovações pretendidos são de produtos e de processos, sendo o de produtos com maior percentual sendo de 41,36% do total de recursos aprovados para aplicação nos projetos de inovação de todos os editais pesquisados e que está concentrado em 03 áreas específicas Tecnologia da informação e comunicação- TIC-s com maior participação do total de investimentos sendo de 29,31%, Biotecnologia, biofármacos e biocósméticos com 17,99% e, o foco deste trabalho, Produtos Alimentícios com foco em Insumos Amazônicos com 15,48% dos investimentos.

**Palavras chave:** Micro e pequenas empresas, Produtos alimentícios, subvenção econômica, Amazonas.

**ABSTRACT**

The purpose of this paper is to analyze the proposals of innovation of the type of food products of the notices of non-reimbursable economic subsidy specific to Micro and Small Enterprises (MPEs) located in the State of Amazonas. For this work we opted for the analysis of edicts linked to the non-reimbursable economic subsidy programs focused on MPEs, which were carried out through partnerships with regional agents, research support foundations, state secretariats and development banks; Being the Foundation for Research Support of the State of Amazonas (FAPEAM) its main proponent, with the support of the Financier of Studies and Projects (FINEP) have a relevant role for such actions in Amazonas. For this work will be used official data and documents published by FAPEAM over the years 2004 to 2016. The methodology used is exploratory and descriptive in nature, qualitative approach, the method of analysis is documentary research. To obtain the results were consulted notices, results, publications and documentation of the programs. The main results were that the types of innovations intended are products and processes, with products with the highest percentage being 41.36% of the total resources approved for application in the innovation projects of all the edicts researched and which is concentrated in 03 specific areas Information and communication technology- ICTs with the largest share of total investments being 29.31%, Biotechnology, biopharmaceuticals and bio-cosmetics with 17.99% and, the focus of this work, Food Products with a focus on Inputs With 15.48% of the investments.

**Key-words:** Micro and small enterprises, Food products, economic concession, Amazonas.

**1 INTRODUÇÃO**

A complexidade na gestão das organizações modernas põe à prova, a cada dia, o imperativo de renovação contínua por parte das corporações em meio às aceleradas e variadas mudanças econômicas, sociais e ambientais. Para seguir as transformações dos ambientes em que atuam, as mesmas vêm a optar pela inovação como meio para desenvolvimento e criação de produtos e serviços inovadores como diferencial competitivo.

A partir deste cenário Chesbrough (2010) aponta que um conjunto de práticas (como qualificação do corpo técnico, sistematização de atividades, maior cooperação entre setores, foco nas atividades de criação e inteligência organizacional, entre outros) contínuas e integradas é necessário mediante esforço organizacional para identificar e explorar oportunidades que permitam a conquista ininterrupta de melhores resultados. Tais práticas aproximam o pensamento de uma visão sistêmica sobre as práticas, criando-se assim a necessidade de se estruturar os processos e as atividades de inovação nas organizações.

Segundo Garcia (2007), as ações envolvendo inovações nas MPE's, ocorrem de forma incipiente sendo justificada pelo reduzido valor absoluto de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em que a disponibilidade de instrumentos adequados a esse tipo de

empresa poderia contribuir para acelerar o desenvolvimento tecnológico, aliados a minimização de grandes prejuízos para essas empresas.

Como forma a estimular melhores condições de competitividade nacional os governos procuram incentivar o crescimento econômico por meio do desenvolvimento da inovação e, apoiando projetos de P&D com potencial para gerar elevadas taxas de retorno (FELDMAN; KELLEY, 2006).

Os principais papéis do governo no que concerne à inovação tecnológica conforme Fonseca (2001) é o de prover os incentivos corretos ao desenvolvimento e à difusão de ideias por parte do setor privado (ações indiretas), além de promover um ambiente político, econômico e institucional que incentive as organizações a investir em ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento.

No bojo deste objetivo, a Lei Federal nº 10.936/2004 (chamada Lei da Inovação) foi o regimento legal que previu o apoio à inovação nas empresas pela concessão de recursos financeiros em três modalidades distintas: subvenção econômica, financiamento e participação societária (BRASIL, 2004), no qual busca a diversificação da distribuição de incentivos à inovação em empresas de diferentes portes (micro, pequena, média e grande). Desta forma, esse sistema possui um percentual do recurso orçamentário destinado apenas às MPE's (MORAIS, 2008).

Seguindo as exposições acima, esse trabalho tem por objetivo procura analisar o contexto de apoio à inovação dos projetos que objetivam trazer uma inovação em produtos alimentícios, dentre os editais de subvenção econômica aprovados no Amazonas, no contexto específico das MPE's. E o problema específico desta pesquisa: Quais os valores e quantidade de projetos de inovação de produtos alimentícios aprovados em editais de subvenção econômica voltados as micro e pequenas empresas do Estado do Amazonas?

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A inovação e as MPE's tradicionalmente enfrentam algumas dificuldades como relaciona Caron (2004) de acordo com sua importância: a falta de recursos para investimento, o acesso a financiamento, as informações sobre organizações de apoio à inovação, pessoal habilitado para atuação na área de inovação, máquinas e equipamentos, informações sobre transformações e inovação, confiança em parcerias e cooperação para inovação e diferenciais de mercado.

A acepção mais ampla e antiga do conceito de inovação, que aborda o fenômeno através de um prisma mais econômico, especificamente microeconômico, vem da visão histórica e das colocações onde é proposto por Schumpeter (1982, p.48 e 49):

Esse conceito [de inovação] engloba os cinco casos seguintes: 1) introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem. 2) introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias –primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

De acordo com a tabela 1 apresentam-se algumas de tantas definições levantadas pelo autor Mendes (2013) em que procura demonstrar toda a amplitude em diferentes conceitos do que é a inovação:

<b>AUTORES</b>	<b>DEFINIÇÕES</b>
Abrunhosa (2003)	"A inovação é um processo complexo que envolve não apenas a empresa inovadora, mas também um sistema de interações e interdependências entre essa empresa e outras organizações e instituições".
Dantas & Moreira (2011)	"A inovação é um processo a partir de uma nova ideia, invenção ou reconhecimento de uma oportunidade, através do qual se desenvolve um produto, um serviço ou um modelo de negócio até ser comercializado/validado pelo mercado."
Freeman and Soete (1997)	"Uma inovação no sentido econômico é realizada somente com a primeira transação comercial envolvendo o novo produto, sistema de processo ou dispositivo, embora a palavra seja usada também para descrever todo o processo".

Fonte: Mendes, (2013)

Tabela 1 - Conceitos e definições de inovação

Entendendo que a inovação percorre um processo de transformações no ambiente empresarial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em conjunto com a Comissão Europeia criaram um documento, conhecido como o Manual de Oslo que objetiva, de modo geral, auxiliar na mensuração e interpretação de dados sobre ciência, tecnologia e inovação (OCDE, 1992) e expor diretrizes para pesquisadores guiarem suas pesquisas e procedimentos metodológicos.

A primeira edição do Manual (OCDE, 1992; 1997) esteve centrada em inovações tecnológicas em produto e processo (TPP), sendo compreendidas por mudanças totalmente novas ou aperfeiçoamentos significativos nas potencialidades de produtos (inovação produto) ou nos métodos de produção e distribuição (inovação processo).

A partir deste marco uma variedade de estratégias e métodos de diferenciação foi desenvolvendo-se gradualmente e exponencialmente levando, assim, a novas áreas de inovação. Então a partir de uma terceira versão criou-se uma definição mais atualizada para os tipos de inovação onde se pode observar um conjunto maior de inovações possíveis:

- a) Inovação em Produto: introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne às suas características ou usos previstos. Incluem-se melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, softwares incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais (OCDE, 2005, p.57);
- b) Inovação em Processos: implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou softwares (OCDE, 2005, p.58);
- c) Inovação em Marketing: implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou fixação de preços (OCDE, 2005, p. 59);
- d) Inovação Organizacional: implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas (OCDE, 2005, p.61).

De acordo com o exposto acima tal situação remete aos episódios de diferentes tipos de inovação, bem como a necessidade de identificá-los numa percepção de melhorias e oportunidades possíveis. As ações e impactos da inovação se ampliam para além das atividades comuns à P&D e abrange novas formas de se pensar em bens e serviços.

## 2.1 PROGRAMAS DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA E APOIO À INOVAÇÃO

No que toca a evolução das políticas de CT&I e desenvolvimento no Brasil, Viotti (2008) caracteriza esse empenho em três fases: 1. A primeira fase: que se estendeu desde o pós-guerra até aproximadamente o ano de 1980 caracteriza-se como a fase da busca do desenvolvimento por intermédio do crescimento ou da industrialização extensiva; 2. A segunda fase: corresponde a aproximadamente às duas últimas décadas do século 20, foi marcada pela busca da eficiência, por intermédio da liberação das forças do mercado, como a forma de assegurar o desenvolvimento brasileiro; 3. A fase atual: inicia-se aproximadamente na virada para o século 21, onde o país busca um novo tipo de desenvolvimento. Tem início um processo de revalorização das políticas públicas como ferramenta necessária ao desenvolvimento, todavia não há uma ruptura com a valorização dos mecanismos de mercado como instrumentos do desenvolvimento, como também, não há tentativas de retorno às políticas de desenvolvimento características do período de substituição de importações.

Desta forma, medidas de impacto ocorreram no final da década de 60, com a estruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, destinado ao financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas. A partir de 1971, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP se tornou a Secretaria Executiva desse Fundo, a qual hoje é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC (BASTOS, 2003; VALLE; BONACELLI; SALLES-FILHO, 2002).

Segundo informações do sítio eletrônico da FINEP (2016) o marco regulatório que viabiliza a concessão de subvenção econômica foi estabelecido a partir da aprovação da Lei 10.973, de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.563, de 2005 (chamada LEI DA INOVAÇÃO), e da Lei 11.196, de 21.11.2005, regulamentada pelo Decreto no. 5.798 de 07 de junho de 2006 (chamada LEI DO BEM).

Via subvenção econômica o suporte financeiro, instituída pela Lei de Inovação, segundo Morais (2008, p. 19) “consiste na concessão direta de recursos financeiros não reembolsáveis às empresas, para a cobertura de despesas de custeio de projetos de PD&I de produtos e de processos inovadores”.

Desta forma, as evolutivas a respeito da subvenção e investimento em inovação vem se desenvolvendo de diversas formas no Brasil, e ainda prossegue a imperativo de se ampliar formas para estimular as inovações, especialmente em MPE's, tornando-as mais desenvolvidas em competitividade em ambientes de negócios cada vez mais concorridos.

**2.2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO AMAZONAS E INOVAÇÃO**

O envolvimento das MPE's na dinâmica econômica apresentou a partir da década de 1990 um forte aumento, fato ainda muito debatido na ciência econômica. Mas o que se tem de concreto é que a maior parte da estrutura industrial brasileira é formada pelas MPE's, acompanhando esta formatação também a do Estado do Amazonas, conforme dados do SEBRAE (2015) na tabela e gráfico abaixo.

Segundo dados divulgados pelo Boletim de Estudos e Pesquisas de Outubro de 2016 pelo SEBRAE (2016) pode-se resumir a participação dos pequenos negócios em diversos setores impactantes na direta e indiretamente na economia, de acordo com a tabela a seguir:

<b>PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO (A):</b>			
<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>Participação (%)</b>	<b>Fonte</b>
PIB Brasileiro	2011	27	SEBRAE/FGV
Número de empresas exportadoras	2015	61,00%	FUNCEX
Valor das exportações	2015	1,00%	FUNCEX
Massa de salários das empresas	2015	44,10%	RAIS
Total de Empregos com carteira	2015	54,00%	RAIS
Total de Empresas privadas	2015	98,50%	SEBRAE
<b>OUTROS DADOS SOBRE PEQUENOS NEGÓCIOS</b>			
	<b>Ano</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Fonte</b>
Quantidade de produtores rurais	2015	4,7 milhões	PNAD CONTÍNUA
Potenciais empresários com negócio	2015	11,6 milhões	PNAD CONTÍNUA
Empregados com carteira assinada	2015	17,1 milhões	RAIS
Remuneração média real nas MPE	2015	R\$ 1.680,05	RAIS
Massa de salário real dos empregados nas MPE	2015	R\$ 28,4 bilhões	RAIS
Número de empresas exportadoras	2015	12,1 mil	FUNCEX
Valor total das exportações (US\$ bi FOB)	2015	US\$ 2 bilhões	FUNCEX
Valor médio exportado (US\$ mil FOB)	2015	US\$ 162,4 mil	FUNCEX

Fonte: SEBRAE, Boletim Estudos e Pesquisas, nº 54, Outubro 2016

Tabela 2 – Participação econômica Micro e Pequenas empresas

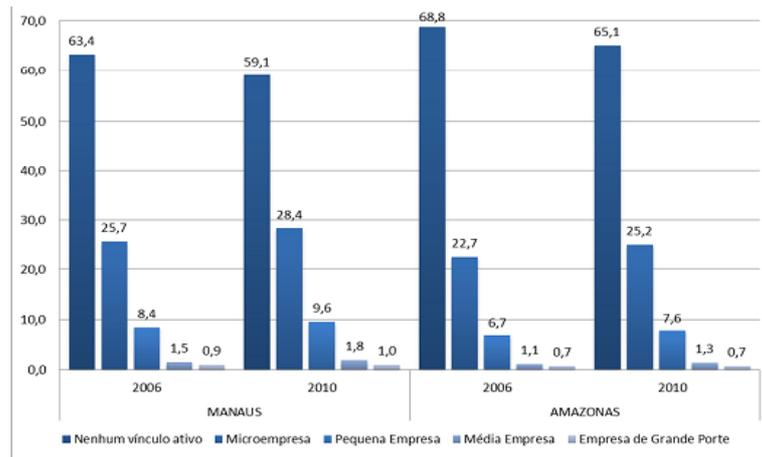


GRÁFICO 1 - Distribuição estabelecimentos privados, segundo porte (em %) Amazonas e Manaus 2006 e 2010  
Fonte: RAIS, TEM – DIEESE, Observatório do Mercado de Trabalho de Manaus 2011.

A partir dos dados no gráfico 1 do estudo do Departamento Intersindical De Estatística e Estudos Socioeconômicos- DIEESE (2011) observa-se que na análise de vínculos trabalhistas de 2006 e 2010, por porte de empresas, houve grande participação das MPE's e se faz perceptível a evolução nos números das mesmas no contexto econômico no Estado do Amazonas, onde em 2006 a participação foi de 27,4% elevando-se em 2010 para 32,8%. Especificamente em Manaus em 2006 possuía um total de 34,1% e em 2010 chegou a 38%.

Significando grande responsabilidade pela capacidade empregadora da maior parte da população economicamente ativa. De forma que se faz necessário mensurar mais alguns dados que demonstram o cenário das MPE's no Estado do Amazonas.

<b>Número e Distribuição dos estabelecimentos por porte 2013</b>					
	<b>Micro Pequena</b>	<b>e Total em %</b>	<b>Média grande</b>	<b>e Total em %</b>	
Brasil	6.629.879	99,00%	70.242	1,00%	
Norte	245 462	98,60%	3 417	1,40%	
Amazonas	47 267	97,90%	1 014	2,10%	

Fonte: SEBRAE, Anuário do trabalho na micro e pequena empresa (2014)

Tabela 3 – Quantitativo de Micro e Pequenas empresas

Ao analisar apenas o quantitativo de empresas há o comparativo por porte demonstrado na tabela 3, pode-se notar a considerável participação das MPE's no cenário econômico local participando em 97,90% do total de empresas localizadas no Amazonas, sendo este dado menor que a média obtida no Norte apresentado por 98,60%, grande parte devido à

concentração de grandes indústrias localizadas no Polo Industrial de Manaus (PIM), porém este índice ainda demonstra o um grande percentual de empresas de MPE's há no Estado do Amazonas.

Diante desse cenário, o incentivo às MPE's locais vem sendo desenvolvido e em escala crescente com a criação de várias formas para motivar as MPE's locais ao desenvolvimento e para participação em iniciativas de inovação, pode-se destacar as seguintes instituições que possuem objetivo, programas, ações e atividades alinhadas com esse foco em inovação, sendo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), Instituto Federal de Educação do Amazonas (IFAM), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE), SEPLANCTI, Núcleo de Apoio ao Empreendedor (NAE) e Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM).

### **3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA**

Para este trabalho em relação à fundamentação optou-se pela pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos em que envolve verdades e interesses locais (GERHARDT, 2009, p.34), desta forma conversa diretamente com o objetivo desta pesquisa de identificação dos tipos de projetos de inovação das MPE's.

Para atender ao objetivo deste trabalho utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa onde DALFOVO et tal (2008) afirma que a conceituação qualitativa pode ser adaptada, conservando a ideia de que a pesquisa não envolve a quantificação de fenômenos, e pode ser associada com a coleta e análise de texto (falado e/ou escrito).

Na pesquisa documental, segundo Gil (2008), o foco está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Na caracterização específica de documento, Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p.79) definem que é “toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado

para consulta ou estudo”, sendo considerada como tal toda fonte de informação que ensina ou serve de exemplo ou prova, podendo ser escrita ou não.

Reforçando a importância da pesquisa documental, Godoy (1995) avalia que a mesma representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas, principalmente em pesquisas de caráter quantitativo, já que estas não se apresentam como uma proposta rigidamente estruturada, permitindo que a investigação e a criatividade levem a proposição de trabalho que explorem novos enfoques.

### 3.1 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para a coleta de dados deste trabalho foi realizada pesquisa documental, tal pesquisa partiu da análise dos projetos ligados à subvenção econômica não reembolsável para MPE's que já foram desenvolvidos pela FAPEAM. O mesmo teve como principal fim mapear todos os projetos contemplados por MPE's no Estado do Amazonas. Para tal foram identificados documentos no site eletrônico da FAPEAM e do FINEP, a partir do ano 2004 até o ano de 2016.

Diante das considerações expostas optou se pela adoção de critérios de seleção dos projetos e editais estudadas em virtude da necessidade de analisar melhor os sujeitos da pesquisa, definindo-se em: Editais exclusivamente de subvenção e econômica voltados à MPE's; Resultados divulgados e aprovados oficialmente por instituição executora; e editais e projetos realizados no estado do Amazonas.

Para tabulação inicial dos dados os mesmos foram organizados em uma matriz composta pelos principais dados objetivados na pesquisa como: edital, data, empresa, título do projeto, valor, área original do projeto e área a partir da adequação.

Neste trabalho utilizaram-se documentos (relatórios, editais e planilhas) que pudessem contribuir para a análise e caracterização dos projetos conforme objetivos da pesquisa, listados conforme quadro 1 abaixo; todos os documentos estão disponibilizados pela FAPEAM em sua página eletrônica na internet.

DOCUMENTOS - EDITAIS			
Edital nº	Ano	Data	Edital
1	2004	04/02/2004	Programa Amazonas de Apoio à Pesquisa em Empresas - PAPPE
7	2004	27/04/2004	Programa Amazonas de Apoio à Pesquisa em Empresas - PAPPE- FASE II
1	2005	22/06/2005	PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO À PESQUISA EM EMPRESAS – PAPPE
8	2008	18/06/2008	PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA MODALIDADE SUBVENÇÃO ECONÔMICA – PAPPE SUBVENÇÃO FINEP AMAZONAS.
17	2008	28/11/2008	PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA MODALIDADE SUBVENÇÃO ECONÔMICA – PAPPE SUBVENÇÃO FINEP AMAZONAS.
3	2011	12/04/2011	SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NA MODALIDADE SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PAPPE INTEGRAÇÃO
25	2013	09/09/2013	SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA O PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM MICRO E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO AMAZONAS – TECNOVA/AM
DOCUMENTOS - RESULTADO FINAL			
Ano	Data	Documento	
2006	19/09/2006	Conselho Diretor - Decisão nº 081/2006	
2004	11/08/2004	Conselho Diretor - Decisão nº 042/2004	
2006	05/10/2006	Conselho Diretor - Decisão nº 089/2006	
2006	07/06/2006	Conselho Diretor - Decisão nº 034/2006	
2008	10/10/2008	Conselho Diretor - Decisão nº 123/2008	
2009	15/05/2009	Conselho Diretor - Decisão nº 041/2009	
2012	19/05/2012	Conselho Diretor - Decisão nº 074/2012	
2014	15/05/2014	Portaria 049/2014-GP/FAPEAM	
2014	29/04/2014	Conselho Diretor - Resolução nº 021/2014	

QUADRO 1 – Documentos analisados na pesquisa  
Fonte: O autor (2016)

Neste sentido o trabalho analisou ao todo 07 (sete) editais, lançados a partir de 2004 até 2016, em que contemplaram o aporte financeiro inicial e total de R\$ 32.048.017,15 (trinta e dois milhões quarenta e oito mil, dezessete reais e quinze centavos) oficialmente publicados; compreendendo também o total de 147 (cento e quarenta e sete) projetos de organizações Amazonenses de micro e pequeno porte, de diferentes áreas de atuação.

Para este trabalho adotou-se os tipos de inovação do Manual de Oslo (OECD, 2005) como grade para definição das categorias, que Vergara (2012) expõe que neste tipo de grade as categorias são definidas *a priori*, com base na literatura, contudo são mutáveis, onde todos os elementos presentes nos dados coletados podem ser considerados, e integrar a criação de novas categorias.

Outra ressalva importante é de que a partir do levantamento e parametrização dos dados dos projetos pode-se identificar que alguns destes necessariamente não se classificavam como um dos tipos de inovação conceitualmente próxima de um dos 04 postulados pelo Manual de Oslo (OECD, 2005), a partir desta constatação foi estabelecido e criado mais 03 novas

classificações dos tipos de projetos, conforme descrições: 1) Pesquisa: projetos que fosse essencialmente de pesquisas e desenvolvimento de insumos, produtos, que não se configuravam diretamente como um produto ou serviço específico e que tivesse um foco no exame ou investigação; 2) Credenciamento: englobam os projetos de objetivaram credenciamento, licenciamento, avaliação de insumos e/ou produtos específicos; e 3) Não identificado: são projetos que não obtiveram base de classificação dos tipos de inovação definida, grande parte por não ter informações dos objetivos principais do mesmo.

Quanto à manipulação e tratamento utilizou-se de softwares específicos como o R version 3.3.0 e com suporte realizado com Microsoft Excel. Desta forma, oportunizou-se realizar análises variantes dos editais, áreas e por fim dos tipos de projetos.

#### 4 RESULTADOS E DISCURSÕES

Ressalta-se que a categorização dos tipos de inovação procurou estabelecer os tipos de inovação predominantes no objetivo divulgado do projeto inicial, o que não exclui a possibilidade de um projeto abranger dois tipos de inovação simultaneamente, entretanto para este trabalho optou-se por escolher apenas um tipo de inovação predominante em projeto.

A tabela 4 procura demonstrar a distribuição nos tipos de inovação pretendidos nos projeto aprovados para subvenção, de todos os editais analisados.

TIPO DE INOVAÇÃO	VALOR	%
Produto	R\$ 13.181.920,04	54,07%
Processo	R\$ 6.819.834,17	27,98%
Organizacional	R\$ 671.375,88	2,75%
Marketing	R\$ 1.839.923,42	7,55%
Pesquisa	R\$ 540.625,00	2,22%
Cred Cert Licen Aval	R\$ 523.317,00	2,15%
Não identificado	R\$ 801.109,38	3,29%
TOTAL	R\$ 24.378.104,89	100,00%

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 4 – Distribuição do investimento por tipo de inovação nos projetos aprovados

Observando-se a tabela acima é notória a concentração dos tipos de inovação em apenas duas classificações: a de produto e a de processo, somados o total das duas abrangem cerca de 82% dos projetos contemplados, seguidos dos tipos de inovação de marketing com 7,55% e do tipo organizacional com 2,75%.

Distribuição tipos de inovação por áreas contempladas

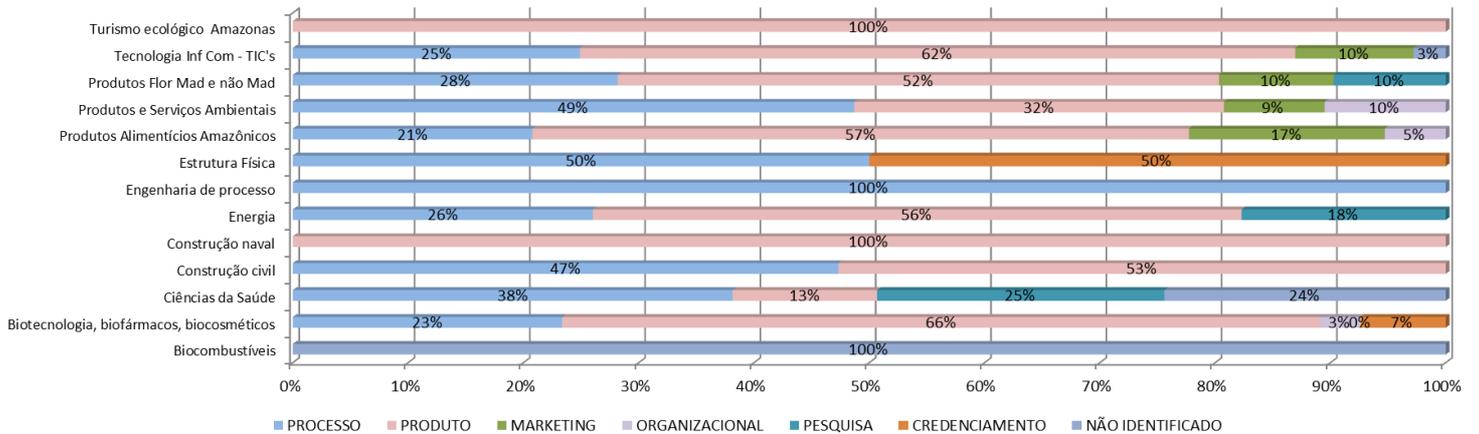


GRÁFICO 2- Distribuição do tipo de inovação por área do projeto

Fonte: Elaboração do autor.

Das áreas contempladas ao longo dos anos nos editais pode-se notar através do gráfico 2 que os projetos contemplados ligados à área de produtos alimentícios Amazônicos possuem boa distribuição dentre os tipos de inovação levantados, sendo sua maior participação em projetos que contemplam inovação do tipo de produto com 57% e de processo com 21% respectivamente. O que através do gráfico mostra-se em outras áreas com distribuição desproporcional como a área de Turismo ecológico que possui 100% dos projetos ligados à produtos e a área de Biocombustíveis com 100% em projetos de inovação ligadas ao tipo de inovação de marketing.

TIPO DE INOVAÇÃO - ÁREAS	VALOR	%
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC's	R\$ 7.146.078,09	29,31%
Biotecnologia, biofármacos e biocosméticos	R\$ 4.386.495,81	17,99%
<b>Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos</b>	<b>R\$ 3.773.052,57</b>	<b>15,48%</b>
Produtos e Serviços Ambientais	R\$ 3.043.817,48	12,49%
Produtos Florestais Madeireiros e não Madeireiros	R\$ 2.004.052,72	8,22%
Energia	R\$ 850.382,50	3,49%
Ciências da Saúde	R\$ 785.453,14	3,22%
Engenharia de processo	R\$ 477.324,42	1,96%
Turismo ecológico e rural nas mesoregiões do Amazonas	R\$ 460.008,80	1,89%
Construção naval	R\$ 459.018,98	1,88%
Estrutura Física	R\$ 399.950,00	1,64%
Construção civil	R\$ 374.565,00	1,54%
Biocombustíveis	R\$ 217.905,38	0,89%
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 24.378.104,89</b>	<b>100,00%</b>

QUADRO 2 – Distribuição de valores por tipo e áreas de inovação

Fonte: O autor (2017)

Quanto do total de investimento aprovado inicialmente, os produtos alimentícios Amazônicos participam com cerca de 15,48%, volume de investimento com participação acima, inclusive, de áreas tradicionalmente e historicamente incentivadas na região, das quais são foco de inúmeras políticas públicas e até vocações tradicionais como áreas de Turismo na região Amazônica, a de Construção naval e a dos Produtos florestais madeireiros e não madeiros, demonstrando desta forma a participação significativa para desenvolvimento e expectativa de inovações na área dos produtos alimentícios.

Cabe o destaque para as três principais áreas contempladas sendo: Tecnologia da informação e comunicação- TIC-s com maior participação sendo de 29,31%, Biotecnologia, biofármacos e biocosméticos com 17,99% e Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos com 15,48%, demonstrando assim a vocação destes projetos e ideias de produtos ligados às áreas correlatas com as potencialidades locais.

<b>TIPO DE INOVAÇÃO - ÁREAS</b>	<b>VALOR</b>	
<b>Produtos Alimentícios com Insumos Amazônicos</b>	<b>R\$ 3.773.052,57</b>	<b>100,0%</b>
Produto	R\$ 2.149.075,48	57,0%
Processo	R\$ 783.754,06	20,8%
Marketing	R\$ 641.011,99	17,0%
Organizacional	R\$ 199.211,04	5,3%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 24.378.104,89</b>	

QUADRO 3 – Distribuição de valores por tipo de inovação na área de produtos alimentícios com insumos Amazônicos

Fonte: O autor (2017)

A partir do quadro 3 pode-se notar a distribuição, em valores, que fora inicialmente aprovado para a área de Produtos alimentícios com insumos Amazônicos, sendo praticamente 77,8% da participação nos tipos de inovação de processo e produto, o foco principal dos editais, entretanto ainda coube uma participação de 23,3% de investimento em projetos nas áreas de inovação de marketing e organizacional.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo procurou atingir seu objetivo principal de “Analisar aspectos dos projetos de inovação ligados a produtos alimentícios em subvenção econômica ligados às MPE’s do Amazonas”; diante das análises perpetradas no trabalho, pode-se deduzir que as MPE’s, especificamente as do Amazonas, foco deste estudo, contam com um instrumento de grande valia para desenvolvimento de inovações que abrange diversas áreas, mesmo que carecendo de melhorias.

No que tange ao tipo de inovação de produtos alimentícios, nota-se que há ênfase no desenvolvimento de produtos que considerem aspectos locais ligados aos produtos e insumos Amazônicos, potencializando, assim, a gastronomia local, sendo a terceira área de inovação que mais recebe aporte de recursos apesar de possuir variabilidade entre todos os editais desde 2004 a 2016. Sendo assim uma das principais áreas de inovação trabalhada em projetos ligados às MPE’s.

Atende como principal contribuição desta pesquisa a possibilidade de que os resultados obtidos, as classificações dos projetos nos tipos de inovação e a delimitação das áreas de atuação possam contribuir para o aprimoramento do conhecimento e para compreensão das relações entre os temas de MPE’s e projetos de inovação no Amazonas especificamente das

áreas que recebem mais aporte, assim como o desenvolvimento de áreas que carecem de maiores incentivos.

De forma esperada, além das informações apresentadas, a pesquisa demonstra limitações. Uma das principais se relaciona ao fato de ter sido realizado um estudo a cerca apenas dos editais voltados à MPE's lotadas no Estado do Amazonas, o que não permite a comparação com demais iniciativas em outras regiões do País. Tal opção permitiria comparações de informações de valores, áreas e tipos de inovações pretendidas em outras regiões.

### REFERÊNCIAS

**BRASIL.** *Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

**DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia.** *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.* Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

**DIEESE- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS.** *Perfil das Micros e Pequenas Empresas no Município de Manaus, Termo de Contrato N°. 005/2011 SEMTRAD e DIEESE.* São Paulo, 2011.

**FAPEAM - Seleção Pública MCT/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação – 001/2010a.** Disponível em: <<http://www.fapeam.am.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

\_\_\_\_\_**FAPEAM** – *Catálogo da Inovação.* Disponível em: <<http://www.fapeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/CATaLOGO-DE-INOVAcao-FAPEAM-final-para-impressao-11-de-novembro-de-2015.pdf?052fd7>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

**FELDMAN, M.P.; KELLEY, M.R.** *The ex ante assessment of knowledge spillovers: government R&D policy, economic incentives and private firm behavior.* Research Policy, V. 35, p. 1509–1521, 2006.

**FINEP-** Financiadora de Estudos e Projetos. Subvenção econômica. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/>

apoio-e-financiamento-externa/instrumentos-de-apoio/subvencao-economica> Acesso em: 16 fev. 2016.

**GARCIA, Junior Ruiz.** *A importância dos Instrumentos de Apoio à Inovação para Micro e Pequenas Empresas para o Desenvolvimento Econômico.* Revista FAE, Curitiba, v.10, n.2, p.131-144, jul./dez. 2007.

**GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.** *Métodos de pesquisa Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.* – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

**GIL, A. C.** *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

**MORAIS, J. M.** *Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, Proger e Fundos Constitucionais de Financiamento.* In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.).

*Políticas de Apoio à Inovação Tecnológica no Brasil.* Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada, v. 1, 2008. p. 389-433.

**OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT,** 2005, *Oslo manual: the measurement of scientific and 94 technological activities.* 3. ed. Paris: OECD. Traduzido pela FINEP. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>> Acesso em: 27 Out. 2015.

**SCHUMPETER, Joseph A.** *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.* São Paulo, Abril Cultural. 1982.

**SEBRAE.** *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014.* Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2015.

**SEPLANCTI- Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação** –Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações – IDEA -

*Indicadores de Desempenho do Estado do Amazonas. Manaus-AM. 2015. Disponível em: <<http://www.seplancti.am.gov.br/pagina.php?cod=253>> Acesso em: 30 out. 2015.*

**SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus.** *PIM fecha 2014 com faturamento de R\$ 87,2 bilhões.* Manaus-AM, 2015. Disponível em: <[http://www.suframa.gov.br/suf\\_pub\\_noticias.cfm?id=16896](http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=16896)> Acesso em: 16 fev. 2016.

**VIOTTI, E. B.** *Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios as políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação.* In: CGEE - CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: CGEE, 2008.

**VERGARA, Sylvia Constant.** *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011.